

Quinto relatório sobre Portugal [\[en\]](#) - [\[fr\]](#) - [\[por\]](#)

Órgão antirracismo do Conselho da Europa publica relatório sobre Portugal: progressos significativos, mas persistem preocupações sobre alegada violência racista da polícia e abandono escolar dos alunos ciganos

Estrasburgo, 02.10.2018 – Num [relatório](#) sobre Portugal publicado hoje, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância do Conselho da Europa (ECRI) saúda os progressos consideráveis nos domínios dos direitos LGBT e da educação dos alunos com origem na migração. Ao mesmo tempo, a ECRI expressa apreensão sobre alegações de violência racista cometida por vários agentes da polícia e lamenta a lenta evolução na integração dos ciganos, nomeadamente as taxas elevadas e alarmantes de abandono escolar.

O relatório sublinha que os casais do mesmo sexo passaram a ter acesso à adoção conjunta e à reprodução assistida em 2016 e que as pessoas transgénero deixaram de necessitar de um certificado médico para obterem o reconhecimento de género ou para mudarem o seu nome próprio. Os resultados escolares dos alunos com origem na migração melhoraram nitidamente e a sua taxa de abandono escolar precoce registou uma redução geral. As autoridades estão a empenhar-se em legalizar a situação dos alunos e dos seus pais que não têm autorizações de residência.

Entre outros desenvolvimentos positivos, destacam-se a ratificação por Portugal do Protocolo nº 12 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a nova lei antidiscriminação e a atribuição de poderes de investigação ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Foram alargadas as competências da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), embora a ECRI realce que este organismo deveria tornar-se totalmente independente.

O relatório nota ainda que, em Portugal, os comentários racistas, homofóbicos ou transfóbicos pelos políticos são raros e condenados publicamente. A violência racista é pouco comum e as autoridades mostraram a sua oposição firme à mesma em diversos casos. Outro marco importante foi a declaração do presidente da república, em 2017, na qual reconheceu as injustiças cometidas na era da escravatura.

A ECRI manifesta a sua preocupação por nenhuma autoridade ter investigado sistematicamente as graves acusações de violência racista cometida por vários agentes da polícia, o que levou a uma falta de confiança na polícia, em particular entre os afrodescendentes. O relatório debruça-se especialmente sobre o caso de 18 agentes da polícia acusados de tortura e outros crimes contra seis vítimas de raça negra em 2015 e recomenda que um órgão independente investigue as alegações de abusos e racismo pela polícia.

O relatório conclui que não foram alcançados alguns dos objetivos mais importantes da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas de 2013. 90% das crianças ciganas abandonam a escola prematuramente em comparação com 14% da população em geral. Os ciganos continuam a sofrer elevados níveis de desemprego, vivem frequentemente em condições de habitação precárias e são ameaçados de despejos forçados. Os afrodescendentes enfrentam problemas semelhantes.

Embora a ECRI louve a cooperação entre a polícia, o organismo de promoção da igualdade e a sociedade civil na investigação do discurso de ódio, salienta também que a definição de discurso de ódio é demasiado restrita e a grande maioria das mensagens de ódio não são reportadas às autoridades nem são objeto de ação judicial.

A ECRI apresenta duas recomendações prioritárias às autoridades portuguesas, que serão alvo de avaliação e seguimento dentro de dois anos:

- Assegurar o fim dos casos de despejos forçados ilegais e que os despejos legais sejam executados de acordo com as normas internacionais.
- Assegurar que todas as crianças ciganas frequentem rigorosamente o ensino obrigatório até aos 18 anos de idade.

O relatório foi elaborado tendo em conta os desenvolvimentos ocorridos até 22 de março de 2018.

A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) é uma instância de monitorização dos direitos humanos do Conselho da Europa, composta por peritos independentes. Especializada nas questões de luta contra o racismo, a xenofobia, o antissemitismo, a intolerância e a discriminação em razão nomeadamente da “raça”, origem nacional ou étnica, cor, nacionalidade, religião, língua, orientação sexual e identidade de género, a ECRI elabora relatórios e apresenta recomendações aos Estados membros.

Contacto: [Jaime Rodriguez](#), Porta-voz/Responsável pela Comunicação Social,
Tel +33 90 21 47 04